

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Trends and Challenge of International Cooperation in Higher Education

Dilvo RISTOFF*

Resumo: O texto discute, à luz dos princípios estabelecidos pela última Conferência Mundial para a Educação Superior da Unesco, das políticas e programas implementados na última década, das metas e estratégias estabelecidas pelo novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), as tendências e os desafios do processo de internacionalização da educação superior brasileira.

Palavras-chave: internacionalização; mobilidade acadêmica; educação superior.

Abstract: This paper discusses, in the light of the principles established by the last World Conference on Higher Education of UNESCO, the policies and programs implemented in the past decade, the goals and strategies set by the new National Education Plan (2014-2024), the trends and challenges faced by the process of internationalization of Brazilian higher education.

Key-words: internationalization; academic mobility; higher education.

Introdução

Durante as duas últimas décadas, o Brasil tem considerado a educação superior como estratégica para a sua imagem de futuro: ser uma nação soberana, uma nação democrática, uma nação inclusiva e uma nação emancipadora. A educação superior tem sido considerada estratégica pois provou ser fundamental para o avanço das artes, das ciências e das tecnologias, sem as quais a própria ideia de soberania torna-se uma falácia. A promoção da democracia implica na criação de um sistema social e educacional com oportunidades para todos e não apenas para grupos privilegiados ou para as elites.

Como consequência, a ideia de uma nação inclusiva, implica trazer para o centro da arena das ações grupos sociais que historicamente têm sido excluídos da educação superior: os pobres, os

* Graduado e mestre em Letras e doutor em Literatura. É professor titular aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail ristoff.dilvo@gmail.com

negros, os indígenas, a população que vive em áreas remotas do país, etc. Uma nação, por outro lado, só pode se tornar emancipadora se, aos indivíduos e aos grupos sociais, é ofertada educação de qualidade, pois só assim terão acesso ao instrumental que lhe permite gerar as suas próprias oportunidades na vida e colocar suas energias criativas a serviço do desenvolvimento do país.

Pilares da Educação Superior no Brasil

Com o intuito de perseguir a visão de uma nação inclusiva, o Brasil assentou, durante as duas últimas décadas, os pilares de sustentação da educação superior em três princípios fundamentais: 1) Expansão; 2) Inclusão; e 3) Qualidade.

A Expansão do sistema de educação superior ganhou força especial durante os últimos anos da década de 1990, com um crescimento sem precedentes das instituições com fins lucrativos. O número de instituições, que tinha mostrado um crescimento modesto de 3% durante o período que precedeu a Lei de Diretrizes da Educação Nacional de 1996 (LDB), aumentou significativos 51%, durante os últimos cinco anos da década, o que indica uma radical mudança na condução da política regulatória nacional.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação, em 2001 - um plano fortemente inspirado na Conferência Mundial da Educação Superior de 1998 da UNESCO - a expansão passou a ter algumas metas

decenais, entre as quais estão: (1) 30% de matrículas no ensino superior até 2011 para jovens de 18 a 24 anos; (2) 40% do total das matrículas em instituições públicas e (3) a garantia de qualidade com base na avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação do desempenho dos estudantes.

Esses objetivos foram todos perseguidos, mas não totalmente alcançados, ou seja, a taxa de escolarização líquida em 2014 foi de 20% - um aumento significativo em relação aos 9% que representava em 2003, mas ainda assim 10% abaixo da meta estabelecida; as matrículas no setor privado mantiveram-se obstinadamente em cerca de 75% do total das matrículas, apesar de um enorme aumento no número de universidades públicas, da criação de centenas de novos campi universitários federais e de Institutos Tecnológicos públicos.

A grande conquista foi a criação de um sistema de avaliação da educação superior nacional em 2004 (SINAES), um sistema que foi concebido para avaliar as instituições de 5 em 5 anos, os programas de 3 em 3 anos e os estudantes ingressantes e concluintes de cada curso a cada três anos. Esse sistema de avaliação opera hoje como a referência básica no processo de regulação da educação superior: credenciamento e credenciamento de instituições e autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Deve-se dizer, portanto, que, embora a expansão tenha sido uma meta fundamental na política nacional, orientada pelo Plano Nacional de Educação (2001-2011) e pelos enormes desafios de inclusão no Brasil quando comparado com alguns países da América Latina e do mundo, outras preocupações permaneceram muito presentes nas mentes dos tomadores de decisão e formuladores de políticas para a educação brasileira.

A expansão, por exemplo, tem-se mantido uma dessas questões inarredáveis - discutindo as causas e os efeitos desta expansão da educação via setor privado, apesar das políticas nacionais e de diretrizes de organizações internacionais que têm apontado a direção oposta como preferencial. Da mesma forma, a expansão e a diversificação - que tem buscado analisar a expansão no contexto de novas modalidades acadêmicas de ensino, e do crescimento de novas titulações de graduação, novos diplomas e certificados e o seu impacto nas oportunidades de acesso e no controle regulatório do Ministério da Educação.

A expansão, devido ao tamanho, às peculiaridades geográficas e às grandes distâncias, também tem sido vista no contexto da interiorização e da expansão em zonas de fronteira - apresentando o crescimento da educação superior nas diferentes regiões do país e nos estados, apontando para a dimensão social da expansão em curso. Por último, mas não menos importante, durante os últimos doze anos, como já foi dito, a expansão tem andado de mãos dadas com a democratização - indicando

que a expansão, como um dogma, da década de 1990 foi substituída pela ideia da expansão com democratização, abrindo novas oportunidades para o acesso ao ensino superior, público e privado, através de políticas públicas, importantes e recentes, de inclusão dos setores historicamente excluídos do campus brasileiro.

Conferência Mundial da UNESCO

Como pode ser percebido, os formuladores de políticas de educação brasileira têm se mantido relativamente fieis aos princípios fundamentais expressos na Conferência Mundial de Educação Superior, de 1998, da UNESCO, especialmente com relação às ideias de Responsabilidade Social das universidades, o entendimento da educação como um bem público, e a determinação de trabalhar em prol da criação de oportunidades de acesso com equidade e qualidade.

Essas contribuições ganharam novo impulso com a Conferência Mundial da UNESCO de 2009. Essa conferência, embora retomasse a maioria dos princípios professados e as perguntas quase perenes de 1998, colocou ênfase especial em novas questões trazidas pelas atuais tendências internacionais: novas tecnologias e seu impacto sobre os cursos, a pesquisa, a inovação, o desenho de currículos, as trajetórias de aprendizagem; a educação transfronteiriça, a garantia de qualidade, as fábricas de diplomas, etc. As conferências, portanto, clamam por um papel mais forte das universidades para ajudar a enfrentar esses problemas, a fim de consolidar seu papel estratégico de lidar com os grandes desafios internacionais do presente e do futuro próximo da humanidade.

A Conferência conclama, pois, as universidades a considerarem como suas as grandes questões do nosso tempo, ou seja, a segurança alimentar; as alterações climáticas; a gestão da água; o diálogo intercultural; as energias renováveis; a saúde pública; o desenvolvimento sustentável; a construção da paz; a defesa dos direitos humanos e a defesa dos valores da democracia. Essas não são questões que devam ser tratadas isoladamente, nacionalmente, dentro dos limites de um país, mas em conjunto com outras nações, internacionalmente, em esforços solidários multinacionais que vençam as restrições das linhas de fronteiras. Somente instituições avançadas e verdadeiramente internacionalizadas de educação superior poderão participar com sucesso de uma tarefa de tamanha importância e dimensão.

Nesse caminho, um olhar mais atento sobre a declaração da Conferência Mundial de 2009 irá revelar a enorme importância atribuída à internacionalização da educação superior com base na solidariedade e no respeito mútuo e na promoção de valores humanistas e de diálogo intercultural. A preocupação é em

grande parte com a necessidade de aumentar a transferência de conhecimentos para além das fronteiras, e de trabalhar no sentido de encontrar soluções comuns para promover a circulação de cérebros e aliviar o impacto negativo da fuga de cérebros, internacionalmente conhecida como “*braindrain*”.

A Conferência salienta assim a necessidade de se construir redes e parcerias universitárias internacionais e de promover a mobilidade acadêmica intensa – passos fundamentais para o desenvolvimento de intercâmbio cultural intenso e para a construção de uma cultura de paz e de respeito mútuo. O aumento da cooperação regional em aspectos como a garantia de qualidade e o reconhecimento de diplomas, títulos, créditos e estudos são em geral vistos pela Conferência como um primeiro e importante passo para o desenvolvimento de redes de pesquisa acadêmica e para a oferta de programas conjuntos de outorga de títulos.

No entanto, a promoção de uma educação superior globalizada, que busque trazer benefícios para todos os parceiros, implica também no desenvolvimento de confiança mútua e de respeito pela qualidade das instituições nos diferentes países. Esta, por sua vez, implica no reconhecimento mútuo dos processos e das agências de acreditação, com os sistemas de garantia de qualidade intimamente ligados uns aos outros através de constantes ações em rede e do contínuo e permanente intercâmbio de dimensões, critérios e indicadores de avaliação.

Essas são medidas essenciais para o combate das fábricas de diploma, que veem a educação como uma mera atividade lucrativa, pondo assim em risco a qualidade e, mais importante, a confiança mútua necessária para que a cooperação internacional possa prosperar. As fábricas internacionais de diplomas, é importante destacar, são exatamente o que cria a enorme resistência que encontramos nas universidades públicas brasileiras validar diplomas obtidos em outros países, muitas vezes, em instituições desconhecidas em nosso país.

Como o Brasil vem lidando como esses desafios postos pelas duas últimas Conferências Mundiais da UNESCO para a educação superior? O combate às fábricas de diplomas, em um sistema de educação superior altamente privatizado, exigiu uma ação multifacetada em nível nacional. Controles regulatórios têm sido postos em prática, com a recente criação de uma secretaria especial responsável pela regulação e supervisão das instituições e cursos de educação superior. Isso também tem colocado um pesado fardo sobre os ombros do sistema de avaliação, o que, por sua vez, levou a uma proposta, atualmente em discussão no Congresso Nacional, para criar um novo Instituto especializado (INSAES) para assegurar que avaliação, regulação e supervisão andem de mãos dadas e em um ritmo mais acelerado, para assegurar um melhor controle sobre as instituições, em especial sobre aquelas que têm pouco apreço pela qualidade.

Esse combate às fábricas de diplomas também levou a duas outras iniciativas importantes: uma nova resolução do Conselho Nacional de Educação, que deverá ser publicada em um futuro próximo, sobre o reconhecimento de diplomas estrangeiros, e o desenvolvimento de um sistema centralizado para o reconhecimento de estrangeiros diplomas, acelerando significativamente os processos atuais, relacionado com os acordos internacionais de educação assinados pelo Brasil, identificando instituições e cursos de outros países parceiros credenciados e, ao mesmo tempo, respeitando a autonomia universitária sobre o assunto, como assegurado pela Constituição brasileira.

Não menos importante, o apoio brasileiro para uma melhor integração das tecnologias de comunicação e de educação aberta e à distância esteve intimamente ligado às demandas por educação superior, especialmente pelo grande número de pessoas que perderam a oportunidade de entrar na universidade na idade adequada (cerca de 50% dos estudantes de graduação das IES brasileiras têm mais de 24 anos) e para as pessoas residentes em áreas remotas ou áreas com número insuficiente de instituições ou cursos. A este respeito, deve-se salientar que o crescimento da educação à distância tem sido exponencial no Brasil durante os últimos dez anos (gráfico 1).

O ano de 2006 marca o início de uma expansão enorme e incessante do número de matrículas de educação à distância, passando de pouco mais de 200 mil estudantes para mais de um milhão de estudantes em 2013. Hoje, a educação à distância representa aproximadamente 17% das matrículas da educação superior brasileira. Além de uma maior flexibilização no processo de acreditação de programas de educação a distância acompanhado de um processo de avaliação pertinente, o Ministério da Educação, sempre preocupado com a democratização do acesso à educação superior e com a qualidade, criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como um consórcio de algumas das melhores universidades públicas do país. A UAB oferece hoje cerca de 150 mil matrículas para estudantes de educação à distância. Poder colocar essa experiência brasileira com a EAD junto às melhores universidades do país a serviço da internacionalização ainda permanece um grande desafio, muito embora, ações recentes tenham demonstrado que isso não só é desejável como necessário.

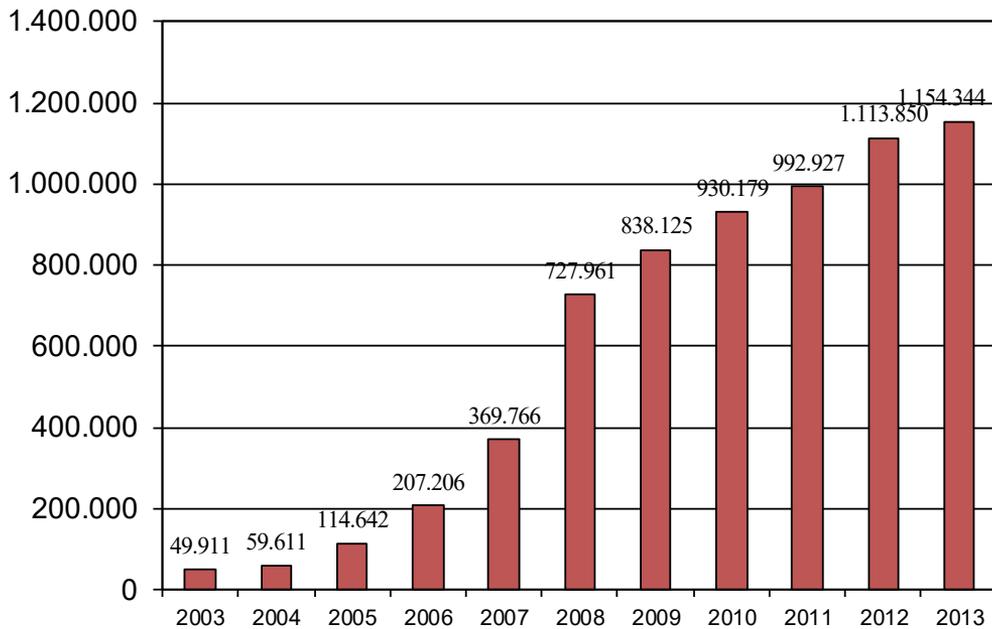


Gráfico 1. Crescimento da educação à distância no Brasil.

Fonte: MEC / Inep, Censo da Educação Superior.

O esforço do Brasil para a internacionalização, é preciso que se diga, já vem de algum tempo. Esforços nesse sentido podem ser identificados muito antes das duas últimas Conferências Mundiais da Unesco sobre Educação Superior. O mais antigo desses programas é conhecido como Programa Estudante Convênio (PEC), e oferece livre estudo em universidades brasileiras, principalmente nas universidades públicas, para alunos de graduação e pós-graduação. Em alguns casos, para os alunos com dificuldades financeiras, o programa oferece também uma bolsa adicional. O PEC, que acaba de completar cinquenta anos, tem sido historicamente dirigido aos países latino-americanos e africanos e, atualmente, 69% das cerca de 3 mil vagas oferecidas anualmente são ocupadas por estudantes de países africanos, metade deles de países africanos de língua portuguesa.

Outra iniciativa histórica de internacionalização que deve ser mencionada é o financiamento completo pela CAPES de programas inteiros de doutorado em outros países. Esse programa de financiamento já está em vigor desde os anos 1970, com resultados importantes para a pesquisa acadêmica brasileira. Posteriormente, esse programa foi complementado por outros, tais como (1) o financiamento de pesquisa de pós-doutoramento, especialmente para professores em atividade e (2) os programas-sanduiche, de um ano de duração, para estudantes que estão

em doutoramento no Brasil. O êxito reconhecido destes programas tem sido fundamental para que se abrissem as novas iniciativas e oportunidades para a internacionalização que estão hoje em curso, iniciativas como: 1) Ciência sem Fronteiras; 2) Inglês - Idioma sem Fronteiras; 3) Unilab (Universidade para a Integração Luso-Afro-Brasileira); 4) Unila (Universidade para a Integração Latino-Americana); 5) Prouni internacional (Programa de Intercâmbio de Estudantes Prouni); 6) Ponte Estratégica Brasil-África - ações nos países africanos de Língua Portuguesa; 7) ARCU-Sul (Acreditação Regional de Cursos do Mercosul); 8) MARCA (Mobilidade Acadêmica Regional de Carreiras Acreditadas); 9) Universidade em Rede dos BRICS; 10) Liga de Universidades dos BRICS; 11) Programa Paulo Freire de Intercâmbio, em cooperação com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e; 12) PDU (Plano de Desenvolvimento Universitário).

O programa Ciência sem Fronteiras, como o nome sugere, está direcionado para a ideia de que a ciência não tem fronteiras e a internacionalização da ciência, da tecnologia e da inovação são fundamentais para aumentar a competitividade brasileira. Neste sentido, o intercâmbio internacional e a mobilidade acadêmica são cruciais. Os objetivos do Programa mostraram-se ambiciosos desde o início: ofertar em quatro anos até 101.000 bolsas de estudo para estudantes de graduação e pós-graduação no exterior.

O Ciência sem Fronteiras também pretende atrair pesquisadores do exterior que queiram se estabelecer no Brasil ou estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no programa, criando oportunidades para os investigadores receberem formação especializada no exterior. Atualmente, a segunda fase do Programa está sendo discutida em alto nível governamental, tendo em conta as restrições orçamentárias impostas pela atual crise econômica enfrentada pelo Brasil e a recente troca de governo, cujas prioridades para a educação superior ainda não foram devidamente explicitadas pelo Ministério da Educação.

O Ciência sem Fronteiras tem tido um enorme apelo entre os jovens estudantes brasileiros, muitos deles ansiosos para vivenciar a vida acadêmica em outro país e em outra cultura. No entanto, o idioma logo se revelou um problema para esses jovens. Muitos deles, tentando fugir do problema, elegeram Portugal como seu santuário na Europa, e muitos descobriram rapidamente que não poderiam perseguir os seus sonhos de frequentar as principais universidades do mundo, a menos que o seu nível de bilinguismo, especialmente em Inglês, melhorasse.

Essa percepção levou o governo brasileiro a restringir bolsas de estudo em Portugal e ao mesmo tempo a criar um programa chamado Inglês sem Fronteiras - um programa orientado para a criação de oportunidades para estudantes brasileiros para testarem a sua proficiência em Inglês, para estudarem Inglês on-line e participarem de cursos financiados pelo Ministério da Educação e oferecidos em universidades públicas.

O significativo impacto desse programa fez com que outros idiomas fossem logo adicionados, e o Programa veio a ser chamado Idioma sem Fronteiras. Esse novo esforço exigiu uma reestruturação significativa dentro da Secretaria de Educação Superior - reestruturação que ainda está em curso - e que, sendo preservadas as intencionalidades do governo anterior para este setor, provavelmente irá significar a criação de um departamento específico em prol das políticas linguísticas e formação específica dos professores de línguas estrangeiras no país.

Duas outras importantes iniciativas que marcaram a educação superior no Brasil nos últimos anos foi a criação de duas novas universidades federais, ambas voltadas à internacionalização. Não obstante às dificuldades financeiras e operacionais enfrentadas por essas duas universidades ainda em processo de consolidação, não resta dúvida de que representam um marco importante e diferenciado no processo de internacionalização da educação superior brasileira.

A Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), sediada na cidade de Redenção, no estado do Ceará, é uma universidade criada para promover, ao mesmo tempo, a interiorização da educação superior e a integração Luso-Afro-Brasileira, ou, como destaca a versão preliminar de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, para

atender à política do governo brasileiro de incentivar e promover a cooperação Sul-Sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental, inserida no contexto de internacionalização da educação superior, e atuando na perspectiva de cooperação solidária, valorizando e apoiando o potencial de colaboração e aprendizagem entre países, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromisso com a integração internacional no campo da educação superior (UNILAB, p 9).

As vagas são destinadas 50% para brasileiros e 50% para estudantes falantes de língua portuguesa de países africanos, oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A universidade já está em operação e deve formar seus primeiros alunos em 2016.

A Unila (Universidade para a Integração Latino-Americana) foi criada com uma visão semelhante à da Unilab, desta vez, visando à integração do Brasil com os muitos países vizinhos e da América Latina como um todo. Sediada em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, região conhecida como a da tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), a Unila foi concebida em sintonia com a cooperação regional proposta pela Conferência Mundial da UNESCO. Sua missão institucional declarada nos documentos oficiais está claramente vocacionada para a internacionalização, ou seja,

formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (Mercosul). A vocação da

UNILA é o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina. Os cursos oferecidos são em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do Mercosul, em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais. (<https://www.unila.edu.br/conteudo/institucional>)

Trata-se de uma universidade federal brasileira, com estudantes oriundos Brasil e de dezoito países da América latina e Caribe que têm acordo ou memorando de entendimento na área de cooperação educacional, cultural ou de ciência e tecnologia com o Brasil. As aulas são ministradas por professores brasileiros e latino-americanos em Português ou Espanhol.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) também ganhou uma dimensão internacional. Alunos do Prouni, com altas pontuações no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), todos eles provenientes de famílias pobres e de escolas públicas, são selecionados para participar de um programa, em cooperação com uma universidade da Espanha, para realizarem todos os seus estudos de graduação no exterior, com total gratuidade. Até o presente momento, quarenta alunos têm se beneficiado desse Programa.

Ações nos países africanos de língua portuguesa são frequentes e variadas, desde a criação de programas de Doutorado e Mestrado em diferentes países até grandes contribuições na organização da avaliação institucional e organização de estatísticas educacionais em todos os níveis, mas especialmente no ensino superior. Estas políticas são parte da cooperação de uma iniciativa governamental ainda mais ampla, que tenta consolidar a ponte que une o Brasil à África.

No âmbito da educação superior, vários encontros têm sido realizados e que resultaram em iniciativas importantes de cooperação técnica, mobilidade de estudantes e professores, formação de quadros e intercâmbio de experiências. Em Angola, por exemplo, o Brasil, através da Secretaria de Educação Básica, tem participado da implementação do projeto de cooperação técnica **“Reestruturação Curricular do Subsistema de Ensino Geral de Angola: Reformulando Objetivos de Ensino, Conteúdos e Orientações Metodológicas”**, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi, do Projeto de Cooperação Técnica **“Escola de Todos”** e do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, do Projeto de Cooperação Técnica em Avaliação do Ensino Superior.

Da mesma forma em Cabo Verde, a SECADI participou do curso de **Especialização de Educação de Jovens e Adultos e do projeto de Cooperação Técnica “Escola de Todos”**, que formou professores para atuar no atendimento educacional especializado. Já a Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes tem participado das negociações para a

Implementação do Projeto UAB – Cabo Verde; o INEP tem participado ativamente do Projeto **“Qualidade da Educação Superior – Criação do Sistema de avaliação em Cabo Verde”**. Ainda em Cabo Verde, a Capes tem contribuído, de forma muito decisiva, para a consolidação de programas de Mestrado e Doutorado e do Programa de Pós-Graduação Ciência para o Desenvolvimento – PGCD, voltado ao uso da ciência e a tecnologia como ferramentas para o desenvolvimento.

Também em Guiné-Bissau, a secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, com o apoio direto do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, tem apoiado o fortalecimento do sistema de ensino técnico em agroindústria, em especial no apoio ao fortalecimento do Centro de Promoção do Caju em Guiné-Bissau. Esses e outros tipos de cooperação Sul-Sul têm se ampliado nos últimos anos, abrindo espaços de integração importantes para a internacionalização das instituições brasileiras de educação superior e para a construção de uma relação solidária do Brasil com África em favor do desenvolvimento dos países envolvidos.

Em nível de Mercosul, várias ações têm sido desenvolvidas e, em especial duas merecem ser mencionadas no âmbito da educação superior: a criação e a implementação do Arcu-sul ou Arcu-sur (um sistema de avaliação e acreditação de carreiras de graduação de Universidades participantes do Mercosul) e do Programa MARCA (um programa de mobilidade acadêmica para estudantes em carreiras acreditadas).

O Arcu-Sul tem produzido até agora resultados importantes, especialmente reunindo as agências de acreditação regionais, propondo dimensões comuns de avaliação, indicadores e critérios, formação conjunta de avaliadores, etc. O sucesso do Arcu-Sul espalhou-se e, atualmente, vários outros países têm apresentado propostas para participarem do processo de avaliação e acreditação recíprocas. O que ainda não se conseguiu fazer, em grande parte elas restrições impostas pela legislação brasileira, é criar um sistema automático de reconhecimento de títulos e diplomas, embora a questão tenha estado sempre no topo das agendas dos delegados do Mercosul.

O programa MARCA ainda está em seu início, mas há promessas e perspectivas, com as recentes medidas tomadas no âmbito do Mercosul, para se tornar parte de um grande sistema de mobilidade acadêmica regional. Com a criação provável, num futuro próximo, de uma Universidade Aberta do Mercosul, repetidamente proposta pelo Brasil, as redes de mobilidade e de pesquisa acadêmica deverão ganhar nova força.

Outra iniciativa recente que teve o apoio do Brasil é o Projeto Paulo Freire de Mobilidade Acadêmica para Estudantes de Programas Universitários de Formação de Professores, proposto pela Organização dos Estados Ibero-Americanos. Concebido segundo o conceito de que “a internacionalização da Educação superior deve ser considerada como uma prioridade no desenvolvimento das

políticas educacionais de última geração, com o propósito de que as instituições universitárias formem profissionais preparados para o mundo globalizado” (p.3), o Projeto Paulo Freire promete tornar-se um importante instrumento de cooperação na Ibero-américa, devendo atuar fundamentalmente no intercâmbio de estudantes que estejam cursando programas de graduação e pós-graduação dedicados à formação de professores, abrindo, portanto, amplas possibilidades, entre outras, para a formação compartilhada de profissionais docentes atuantes em escolas participantes do Programa Escolas Bilingues de Fronteira (PEBF). Presidida pelo ex-secretário brasileiro de Educação Superior, Paulo Speller, a OEI conta com participação protagônica do Brasil no desenvolvimento do Programa, não só para honrar o brasileiro ilustre que dá nome ao Programa mas pela importância que o mesmo tem para a internacionalização de nossas instituições, para a integração regional e para a formação de professores altamente qualificados.

Quando em operação, a se manter no Ministério da Educação do Brasil a orientação propugnada durante a elaboração do projeto, o Programa deverá contar com forte presença inicial das universidades públicas federais brasileiras. Por último, mas não menos importante, a Universidade em rede dos BRICS (BRICS NU), uma iniciativa da Rússia, e a Liga de Universidades dos BRICS. O Brasil, como os demais países do BRICS, apoiou ambas as iniciativas, com o entendimento de que são projetos que se complementam.

O Ministério da Educação do Brasil tem participado com muito entusiasmo no projeto da BRICS NU e trabalha para a sua execução nos termos propostos pelo Memorando de Entendimento, assinado pelos Ministros da Educação em Moscou, em 18 de novembro de 2015. Recentemente, o Brasil selecionou os programas de pós-graduação e as instituições que irão participar do projeto. A Universidade em Rede dos BRICS é considerada pelos países do BRICS como um esforço que objetiva o desenvolvimento conjunto de programas essenciais e estratégicos de ensino, projetos de pesquisa e de trabalho colaborativo por professores e cientistas da mais alta qualidade para o benefício das economias dos estados membros.

Esses esforços de internacionalização estão ganhando especial consistência no Plano de Desenvolvimento da Universidade do Brasil (PDU), ainda em construção, em um esforço conjunto das universidades públicas federais e do Ministério da Educação. O PDU brasileiro, se manter os entendimentos até aqui tornados públicos, deverá ser definido em seis dimensões principais: 1) Internacionalização; 2) Inovação tecnológica; 3) Desenvolvimento regional; 4) Desenvolvimento nacional; 5) Formação de professores e; 6) Educação à distância.

Como se pode notar, a internacionalização lidera a lista de dimensões e certamente vai se tornar a principal área de preocupação do novo Plano de

Desenvolvimento Universitário. No que diz respeito à internacionalização, o Plano opera basicamente com dois conceitos, ou seja, parcerias internacionais e ambiente internacional no campus.

No tocante ao desenvolvimento de parcerias internacionais, o entendimento é de que uma cooperação duradoura com os pares acadêmicos de outros países vai resultar em uma inserção dos grupos de pesquisa das instituições participantes em um sistema mundial de geração de conhecimento.

Ao mesmo tempo, a criação de campi com um ambiente internacional ou atmosfera apropriados não só irá tornar esperada a presença de professores e alunos estrangeiros no campus, mas desejável, levando à presença de um componente internacional significativo na formação acadêmica. A presença de parcerias internacionais será mensurada, entre outras coisas, pelo número de artigos indexados na Web of Science, Scopus ou em revistas classificadas pela Capes como Qualis A, as principais revistas do Brasil com inserção internacional, com pelo menos um dos autores da instituição e pelo menos um autor de instituição estrangeira.

O ambiente internacional, por outro lado, deverá ser identificado, entre outros indicadores, pelo número de professores da instituição que realizaram visitas (Pós-Doutorado, formação em serviço, Doutorado Sanduiche, congressos, visitas técnicas, etc.) a instituições estrangeiras, com duração total de pelo menos 180 dias nos últimos cinco anos; número de professores visitantes estrangeiros contratados que participaram de atividades acadêmicas voltadas para os cursos de graduação e pós-graduação da instituição; número de cursos de graduação ou pós-graduação, que dão créditos para os alunos da instituição, que são ministrados em língua inglesa ou em outras línguas estrangeiras.

A conclusão da construção do PDU permanece sendo um grande desafio, especialmente porque tem de ser produzido em um país que precisa enfrentar as exigências do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem a expansão e a inclusão como seus principais princípios inarredáveis e passa por momentos de grave instabilidade política. A internacionalização, no entanto, por força de lei, terá de ser perseguida juntamente com as metas hercúleas de *(1) aumentar as taxas de escolarização, bruta e líquida, (2) aumentar os níveis de inclusão de grupos historicamente excluídos, (3) formar um enorme contingente de professores para a educação básica em quase todas as áreas do conhecimento, (4) aumentar os salários dos professores da educação básica, (5) criar oportunidades de educação continuada para professores, (6) expandir as matrículas do ensino médio até atingir 85% de taxa de escolarização líquida, e (7) ampliar o atendimento pré-escolar, entre outros.*

Em outras palavras, todas as inúmeras demandas existentes na educação brasileira, da creche ao doutorado, competem com as demandas da internacionalização,

o que exigirá dos formuladores de políticas públicas, reitores, pró-reitores e gestores educacionais em geral atitudes firmes e ponderadas no sentido de assegurar que as prioridades do presente e que não inviabilizem os esforços de internacionalização em curso e nem inibam as iniciativas em construção.

Estes são, salvo melhor juízo, os requisitos acadêmicos básicos para participar do avanço internacional do conhecimento e eles andam de mãos dadas com a visão professada no Plano Nacional de Educação de 2001, ou seja, de que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente, sem um forte sistema de educação superior”. Essa visão foi reforçada pelo Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE) e as estratégias de internacionalização tornaram-se parte de metas específicas e têm agora, portanto, força de lei.

A Meta 12 do PNE, por exemplo, propõe

eleva a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014)

A Estratégia 12.12 da Meta 12 propõe

consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior. (BRASIL, 2014)

Em outras palavras, a Meta 12 destina-se à expansão das matrículas, mas não necessariamente como uma ação institucional isolada. Programas de mobilidade de estudantes e professores terão de ser consolidados e ampliados, em níveis nacional e internacional. Agora, já não é um simples desejo; é lei.

Da mesma forma, a Meta 13 do PNE refere-se à melhoria da qualidade do ensino superior. Ela propõe

eleva a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Uma de suas estratégias (Estratégia 13.7) propõe:

fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2014).

A percepção é de que, para aumentar a qualidade acadêmica das instituições de educação superior, são necessários professores e pesquisadores altamente qualificados, o que demanda um corpo docente mais bem titulado e preparado. Pelo menos 75% do corpo docente deverá ter pós-graduação até 2024. Isso enfatiza

a importância da cooperação regional interinstitucional para a formação de mestres e doutores. A Universidade Aberta do Mercosul poderia, por exemplo, tornar-se um projeto apoiado por essa estratégia e poderia funcionar como uma base sólida para as redes de ensino superior propostas no PNE.

Também vale a pena mencionar a Meta 14 do PNE, que se refere ao aumento de matrículas nos Programas de Mestrado e Doutorado. A Meta 14 propõe “*eleva gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores*” (BRASIL, 2014). Uma de suas estratégias correspondentes (Estratégia 14.9) propõe “*consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa*” (BRASIL, 2014).

Em outras palavras, além dos esforços nacionais em curso para formar mestres e doutores, na velocidade apropriada, o Brasil terá de promover novas ações voltadas à internacionalização do trabalho da pós-graduação. Iniciativas como a da recém-criada Universidade em Rede dos Brics (BRICS NU) e o da Liga de Universidades dos Brics demonstram estar em perfeita sintonia com a Estratégia 14.9 do PNE brasileiro. Elas também estão em sintonia com as Estratégias 14.10 e 14.13 da Meta 14, que propõe:

- (a) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão e (b) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs (BRASIL, 2014).

O que torna essas metas e estratégias particularmente significativas é que, com a sua inclusão no plano decenal, o Plano Nacional de Educação, elas levaram o simples desejo dos formuladores da política educacional brasileira para um nível em que os planos, programas e projetos de internacionalização de universidades brasileiras tornaram-se uma necessidade, uma exigência legal que visa promover uma missão considerada estratégica para a construção de uma nação avançada no campo das ciências e das artes, soberana, democrática, inclusiva a serviço da emancipação dos indivíduos e grupos sociais. Até que ponto esse sonho se tornará uma realidade observável, o tempo dirá, mas parece não haver dúvida de que as medidas tomadas e as ações desenvolvidas, especialmente durante a última década, criaram garantias sem precedentes para o sucesso da internacionalização das universidades brasileiras.

Considerações Finais

Resumindo, poderíamos dizer que os grandes desafios da internacionalização hoje, em especial neste momento em que o país enfrenta grave crise política e forte retração econômica, são os seguintes:

1. manter os programas de internacionalização já existentes, redesenhando-os para assegurar a sua sustentabilidade (referimo-nos, especialmente aos programas Ciências sem Fronteiras (CsF), Idioma sem Fronteiras (IsF), Mobilidade Acadêmica Regional de Carreiras Acreditadas (Marca) e alguns outros;

2. consolidar as universidades internacionais criadas, fazendo os ajustes necessários para que possam cumprir com qualidade a missão que lhes é própria;

3. concluir a formulação acadêmica e administrativa para a implantação definitiva da Universidade em Rede dos BRICS (BRICS NU);

4. assegurar a criação das Ligas Universitárias dos BRICS;

5. trabalhar pela criação e implantação de uma Universidade em Rede do Mercosul;

6. construir e implementar um Plano de Desenvolvimento Universitário (PDU) que atenda às demandas do Plano Nacional de Educação (PNE) por aumento na taxa de escolarização (85% de taxa de escolarização líquida para o Ensino Médio, sem a qual o crescimento da educação superior não se realizará; 33% de taxa líquida para a Educação Superior, para avançar no processo de regularização do fluxo educacional e consolidar um sistema de massas de acesso a este nível de ensino; 50% de taxa bruta para a Educação Superior, para assegurar a inclusão de contingentes populacionais que perderam a idade correta de acesso a este nível de ensino ou pela pequena expansão ao longo dos anos na oferta de vagas nas universidades públicas e gratuitas ou pelos custos proibitivos das mensalidades no setor privado;

7. cumprir as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, específicas para a internacionalização, ou seja (a) a 12.12, que trata da mobilidade acadêmica; (b) a 13.7, que trata da formação de consórcios interinstitucionais e internacionais; (c) a 14.9, que trata da internacionalização da pesquisa e da pós pela atuação em rede; (d) a 14.10, que trata da promoção de intercâmbio científico e tecnológico; (e) a 14.13, que trata da melhoria da competitividade internacional da pesquisa brasileira e da cooperação científica com IES e empresas;

8. implantar o Sistema Nacional de Reconhecimento de Diplomas (SINARD), com o objetivo promover o intercâmbio de informações e a cooperação mais efetiva entre as agências internacionais de acreditação, organizar um fluxo nacional nos processos de reconhecimento, com regras conceituais e operacionais claras e

comuns a todas as universidades públicas brasileiras, permitindo assim que elas participem mais efetivamente, com maior celeridade e eficiência, da mobilidade acadêmica internacional;

9. conter a internacionalização do comércio educacional na educação superior, para que se promova a cooperação internacional solidária e se assegure o princípio estabelecido nas últimas Conferências Mundiais, de que a educação é um bem público e não uma mercadoria;

10. ampliar o envolvimento do Brasil nas redes internacionais de acreditação e asseguramento da qualidade, para que se compartilhem as boas práticas avaliativas, se socializem e, na medida do possível, uniformizem critérios, requisitos e procedimentos nos processos de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento e recredenciamento de instituições;

11. envolver de forma decisiva as Instituições brasileiras de Educação Superior, localizadas em região de fronteiras, no Programa Escolas Bilingües de Fronteira, buscando especialmente promover o bilinguismo, o diálogo intercultural, o respeito à diferença e a convivência pacífica;

12. fazer cumprir a Meta 20 do PNE, buscando assegurar os recursos necessários à oferta de ensino com qualidade nas escolas e universidades do país, assegurando a expansão com inclusão em todos os níveis da educação brasileira, reafirmando o compromisso nacional com o pagamento da dívida histórica que o país tem com a educação.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), com alterações das Emendas Constitucionais de nº 1 a nº 62.

_____. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996 (LDB - estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional).

_____. *Lei nº 10.172*, de 10 de janeiro de 2001 (institui o Plano Nacional de Educação).

_____. SINAES. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. Brasília: INEP, 2003.

_____. *Lei nº 11.096*, de 13 de janeiro de 2005 (institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI).

_____. *Decreto nº 6.096*, de 24 de abril de 2007 (institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais - REUNI).

_____. *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE). Brasília: MEC, 2007.

_____. *Lei nº 11.502*, de 11 de julho de 2007 (modifica Competências e Estrutura organizacional da CAPES).

_____. *Decreto nº 6.094*, de 24 de abril de 2007 (Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação).

_____. *Decreto nº 6.095* de 24 de abril de 2007 (Cria Institutos Federais de Educação Tecnológica).

_____. *Lei nº 12.202*, de 14 de janeiro de 2010 (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES).

_____. *Lei nº 12.711*, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas: dispõe Sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio).

_____. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 (regulamenta a Lei 12.711/2012).

_____. *Lei nº 13.005*, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação 2014-2024).

INEP. MEC. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior*. Brasília: Inep, 1991-2011.

OEI. Organização dos Estados Iberoamericanos. *Projeto Paulo Freire de Mobilidade Acadêmica para Estudantes de Programas Universitários de Formação de Professores*. Madrid: OEI, 2014.

RISTOFF, Dilvo I. *Construindo outra educação*. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. *Universidade em Foco*. Reflexões Sobre a Superior Educação. Florianópolis: Insular de 1999.

_____; GIOLO, Jaime (Orgs.). *Educação Superior Brasileira 1991-2004*. Brasília: Inep de 2006.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto fazer. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100, 2007. Especial, p. 1231-1255.

SEGREIRA, Francisco L. Tendencias de la educación superior, en El mundo y en América Latina y el Caribe. Na Avaliação vol. 13, n. 2. Sorocaba: Junho de 2008.

_____. *Educação Superior na América Latina e no Caribe 2008*. Caracas: Unesco de 2009.

TROW, Martin. *Reflexões sobre a transição da elite fazer massa para o Acesso Universal: formas e fases de Ensino Superior em modernas sociedades, desde a Segunda Guerra Mundial*. (<http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>, 2005).

UNESCO. *Para tendências da educação superior o século XXI*. Brasília: UNESCO / CRUB de 1999.

_____. *Declaração da Conferência Mundial de Educação Superior*. Paris: UNESCO, 2009.

_____. *Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe*. Cartagena: Iesalc, 2008.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017 (Versão Preliminar)*. UNILAB: Redenção – CE, 2013.